



Cultura Histórica: um conceito revisitado

MARIA GREVER

ERASMUS UNIVERSITY ROTTERDAM 

ROBBERT-JAN ADRIAANSEN

ERASMUS UNIVERSITY ROTTERDAM 

TRADUÇÃO DE

ARNALDO SZLACHTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ 

WILIAN JUNIOR BONETE

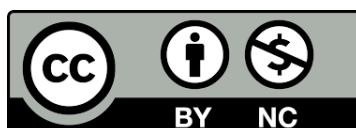
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

v. 43, e 268080, 2025

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2025.268080>

e-ISSN: 2525-5649



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025.
Licenciado sob Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Cultura Histórica: um conceito revisitado

RESUMO: O presente artigo trabalha com a construção do conceito de Cultura Histórica, surgido na Didática da História (*Geschichtsdidaktik*) na Alemanha nos anos 1970, que busca compreender como as sociedades lidam com o passado. Inicialmente focado em instituições acadêmicas e escolares, o conceito expandiu-se para incluir a interação entre narrativas históricas, performances, infraestruturas mnemônicas e concepções subjacentes da área da História. Tal expansão são essenciais para um estudo intercultural e inclusivo pensando a expansão sobre os estudos históricos e suas fontes, especialmente nas dinâmicas contemporâneas multiculturais. Destaca-se também os desafios das abordagens tradicionais, como a exclusão de concepções não ocidentais e a tendência de deslegitimar narrativas divergentes da cultura escrita como as estruturas orais e mitos. Destaca-se ainda mudanças no regime de historicidade, como o presentismo, que influenciam a relação atual com o passado. Este trabalho busca enfatizar a importância da Cultura Histórica para refletir criticamente sobre práticas das construções dinâmicas da História, promovendo diálogo intercultural e reconhecimento de diferentes experiências históricas.

PALAVRAS-CHAVE: cultura histórica; didática da história; narrativas históricas; historicidade.

Cultura Histórica: un concepto revisitado

RESUMEN: El presente artículo aborda la construcción del concepto de Cultura Histórica, surgido en la Didáctica de la Historia (*Geschichtsdidaktik*) en Alemania en la década de 1970, que busca comprender cómo las sociedades se relacionan con el pasado. Inicialmente centrado en instituciones académicas y escolares, el concepto se amplió para incluir La interacción entre narrativas históricas, performances, infraestructuras mnemónicas y concepciones subyacentes del campo de la Historia. Tal expansión es esencial para un estudio intercultural e inclusivo, considerando la ampliación de los estudios históricos y sus fuentes, especialmente en las dinámicas contemporâneas multiculturales. Se destacan también los desafíos de los enfoques tradicionales, como la exclusión de concepciones no occidentales y La tendencia a deslegitimar narrativas divergentes de la cultura escrita, como las estructuras orales y los mitos. Asimismo, se señalan cambios en el régimen de historicidad, como El presentismo, que influyen en la relación actual con el pasado. Este trabajo busca enfatizar La importancia de la Cultura Histórica para reflexionar críticamente sobre las prácticas de construcción dinámica de la Historia, promoviendo el diálogo intercultural y el reconocimiento de diferentes experiencias históricas.

PALABRAS CLAVE: cultura histórica; didáctica de la historia; narrativas históricas; historicidad.

Historical Culture: a concept revisited

ABSTRACT: This paper addresses the construction of the concept of Historical Culture, which emerged in History Didactics (*Geschichtsdidaktik*) in Germany in the 1970s and seeks to understand how societies deal with the past. Initially focused on academic and school institutions, the concept expanded to include the interaction between historical narratives, performances, mnemonic infrastructures, and underlying conceptions within the field of History. This expansion is essential for an intercultural and inclusive study, considering the broadening of historical studies and their sources, especially in contemporary multicultural dynamics. The challenges of traditional approaches are also highlighted, such as the exclusion of non-Western conceptions and the tendency to delegitimize divergent narratives from the written culture, such as oral traditions and myths. Additionally, changes in the regime of historicity, like presentism, which influence the current relationship with the past, are emphasized. This work seeks to underscore the importance of Historical Culture to critically reflect on practices in the dynamic constructions of History, promoting intercultural dialogue and recognition of different historical experiences.

KEYWORDS: historical culture; history didacts; historical narratives; historicity.

Cultura Histórica: um conceito revisitado*

MARIA GREVER
ROBBERT-JAN ADRIAANSEN

TRADUÇÃO DE
ARNALDO SZLACHTA e WILIAN JUNIOR BONETE

Introdução

Ao redor do mundo, controvérsias públicas sobre memória coletiva e cânones históricos servem como importantes indicadores de problemas e tensões subjacentes dentro ou entre sociedades.¹ Normalmente, os participantes desses debates criticam o que percebem como uma falta de Consciência Histórica, muitas vezes referindo-se à seleção de temas nos currículos escolares de História e a outras formas de representação do passado. Em certos casos, no entanto, eles também desafiam os próprios fundamentos do pensamento histórico. No Canadá, por exemplo, alguns historiadores-docentes defendem a inclusão de tradições orais e concepções cíclicas do tempo no currículo de História, reivindicando o reconhecimento das "epistemologias indígenas" como alternativas às noções modernas de Consciência Histórica. Estudar as consequências sociais e culturais desses debates — especialmente os desenvolvimentos mencionados — exige um arcabouço analítico que também inclua concepções de história, permitindo uma melhor compreensão da interação dinâmica entre agência humana, tradição, performance da memória, representações históricas e sua disseminação.

O conceito guarda-chuva de *Cultura Histórica*, amplamente definido como “as relações das pessoas com o passado”, oferece uma oportunidade valiosa para construir tal estrutura. Este capítulo delineia o surgimento do conceito de Cultura Histórica. Com base no trabalho influente de historiadores e filósofos alemães, em particular, analisa criticamente os diversos significados que o termo assumiu ao longo do tempo. Em seguida, apresenta a Cultura

* Originalmente publicado em Stefan Berger, Mário Carretero e Maria Grever (eds.), *Palgrave handbook of research in historical culture and education*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 73-89.

¹ Agradecemos a Peter Seixas por seus valiosos comentários (notação do texto original).

Histórica como um conceito estruturado em três níveis de análise interdependentes e interativos: narrativas históricas e performances do passado, infraestruturas mnemônicas e concepções de história. O capítulo conclui com algumas reflexões sobre essa abordagem, especialmente em relação às práticas de ensino de História.

Cultura Histórica: A História de um Conceito

A Cultura Histórica (*Geschichtskultur*), enquanto conceito de pesquisa, tem origem no campo da Didática da História (*Geschichtsdidaktik*) da Alemanha Ocidental.² O conceito ganhou destaque gradualmente a partir da década de 1970, quando pesquisadores do Ensino de História começaram a investigar mais profundamente as fontes extracurriculares de conhecimento histórico que influenciavam o pensamento histórico das crianças nas escolas. Até então, em muitos países europeus, os currículos nacionais de ensino de História e os livros didáticos baseavam-se em uma tradição hermenêutica, que compreendia o conhecimento histórico como produto de um “discurso interno de historiadores profissionais”.³ Dentro dessa tradição, os debates sobre o ensino de história em revistas especializadas e jornais concentravam-se principalmente no tipo de conhecimento histórico a ser transmitido – ou seja, na seleção de temas e períodos, e no equilíbrio entre história nacional, europeia e global.⁴

A ascensão do conceito de Cultura Histórica pode ser entendida como uma resposta às abordagens hermenêuticas tradicionais no ensino de História.

² Moritz Demantowsky, “Geschichtskultur und Erinnerungskultur. Zwei Konzeptionen des einen Gegenstandes”, *Geschichte, Politik und ihre Didaktik*, v. 33, n. 1 (2005), pp. 11–22; Bernd Schönemann, “Geschichtsdidaktik Und Geschichtskultur”, in MÜTTER, Bernd Mütter e Bernd Schönemann (eds.), *Geschichtskultur. Theorie – Empirie – Pragmatik*, Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 2000, pp. 26–58.

³ Citação retirada da tradução brasileira do texto de Jörn Rüsen, “Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão”, *Práxis educativa*, v. 1, n. 2 (2006), pp. 07–16 (p. 10) (Nota dos tradutores).

⁴ Elisabeth Erdmann e Wolfgang Hasberg, “Historical Culture, History Didactics and History Teaching”, in Elisabeth Erdmann e Wolfgang Hasberg (eds.), *Facing – Mapping – Bridging Diversity. Foundation of a European Discourse on History Education, Pt. I*, Schwalbach: Wochenschau Verlag, 2011, pp. 291–328 (p. 302); Klaus Filser, “Unity and Diversity of Our European Identity. Recommendations of the European Council on History Learning and Teaching”. in Elisabeth Erdmann e Wolfgang Hasberg (eds.), *Facing – Mapping – Bridging Diversity*, Schwalbach: Wochenschau Verlag, 2011, pp. 11–26; Maria Grever, “Opvattingen en misvattingen over het geschiedenisonderwijs”, in Pim Den Boer, Gerrit Muller (eds.), *Geschiedenis op school. Zes voordrachten over het geschiedenisonderwijs*, Amsterdam: Publications KNAW, 1998, pp. 27–48.

Na década de 1970, a tendência renovada de tratar a História como uma ciência social impulsionou uma crítica ao historicismo e à hermenêutica.⁵ Movidos pelo potencial emancipador e reformista prometido pela História como ciência social, uma nova geração de historiadores e historiadores-docentes passou a investigar a construção e transmissão do conhecimento histórico, bem como a possível integração entre as disciplinas escolares de História e Educação Cívica – questões que deram origem à Didática da História como subdisciplina acadêmica da historiografia (por exemplo, Leo Dalhuisen, Joop Tobes, Dokt Verhagen, *Husbands*; Chris Husbands; Karl-Ernst Jeismann; Peter Lee, Rosely Ashby; Sarah Macdonald; Dennis Shemilt; Joop Toebees).⁶ A fundação da *International Society for History Didactics* em 1980 marca a institucionalização dessa subdisciplina.

Os didatas da História então adotaram uma perspectiva construtivista social, com interesse em temas que extrapolavam os limites da sala de aula. Segundo Karl-Ernst Jeismann, a Didática da História deveria, dali em diante, concentrar-se na “reconstrução e construção persistentes de concepções históricas” e envolver contextos educativos fora da escola.⁷ O ensino de História passou a ser visto como apenas um dos muitos campos em que o conhecimento histórico é construído; assim, a Didática da História passou a tentar incluir

⁵ Jürgen Kocka, “History, the Social Sciences and Potentials for Cooperation with Particular Attention to Economic History”, *Interdisciplines*, v. 1, n. 1 (2010), pp. 43–63, <https://doi.org/10.4119/indi-925>; Peer Vries, “Verhaal en betoog. Geschiedbeoefening tussen postmoderne vertelling en sociaal-wetenschappelijke analyse”, Tese (Pós-Doutorado em História), Rijksuniversiteit Leiden, 1995.

⁶ Leo Dalhuisen, Joop Tobes, Dokt Verhagen, *Geschiedenis op school. Deel I: Grondslagen*, Groningen: Wolters-Noordhoff, 1982; Chris Husbands, *What Is History Teaching? Language, Ideas, and Meaning in Learning about the Past*, Buckingham: Open University Press, 1996; Karl-Ernst Jeismann, “Didaktik der Geschichte. Die Wissenschaft von Zustand, Funktion und Veränderung Geschichtlicher Vorstellungen im Selbstverständnis der Gegenwart”, in Ernst Kosthorst, *Geschichtswissenschaft. Didaktik – Forschung – Theorie*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1977, pp. 9–33; Peter Lee e Rosely Ashby, “Progression in Historical Understanding Ages 7–14”, in Peter Stearns, Peter Seixas e Sam Wineburg (eds.), *Knowing, Teaching, and Learning History: National and International Perspectives*, New York: New York University Press, 2000, pp. 199–222; Sarah Macdonald, *Approaches to European Historical Consciousness: Reflections and Provocations*, Marburg: Körber Stiftung, 2000. Dennis Shemilt, “Adolescent Ideas About Evidence and Methodology in History”, in Chris Portal (Ed.), *The History Curriculum for Teachers*, London: The Falmer Press, 1987, pp. 39–61; Joop Toebees, *History: A Distinct(ive) Subject? The Problem of the Combination of History with Other Human and Social Sciences in Particular with Social Studies in Secondary Education in the Federal Republic of Germany, England and the Netherlands*, Leiden: E.J. Brill, 1987.

⁷ Jeismann, “Didaktik der Geschichte”, p. 12.

também o engajamento extracurricular com o passado.⁸ O entendimento da história deixou de ser visto como um mero ato mental, passando a ser compreendido como uma prática social, tendo a Consciência Histórica como sua principal aptidão. Ao mesmo tempo, diversos especialistas da historiografia acadêmica chamaram a atenção para a estreita relação entre a Consciência Histórica e o crescimento de uma historiografia crítica.⁹ Para Blaas, a Consciência Histórica rompe com o tradicionalismo vivo e o corrige por meio de reflexões críticas e análises da consciência tradicional.¹⁰ A Consciência Histórica passou a ser compreendida, de modo geral, como a percepção do caráter fundamentalmente histórico do comportamento humano, do conhecimento, das instituições, dos eventos e dos processos sociais – incluindo a própria posição do sujeito (por exemplo, Maria Grever e Carla Van Boxtel; Reinhart Koselleck; Jörn Rüsen; Peter Seixas).¹¹

Foi nesse contexto que o conceito de Cultura Histórica (*Geschichtskultur*) foi cunhado, em 1984, como uma noção que designava o componente histórico da cultura política.¹² No entanto, somente nos anos 1990 a Cultura Histórica tornou-se uma categoria central no campo da Didática da História, um conceito de pesquisa com metodologia própria em desenvolvimento.¹³ Seu principal proponente foi Jörn Rüsen, que afirmou, em uma conferência de 1990 em homenagem a Jeismann, que a aprendizagem histórica possui um lado interno e outro externo. O lado interno refere-se à Consciência Histórica, que é individual

⁸ Hans-Joachim Pandel, “Geschichtskultur als Aufgabe der Geschichtsdidaktik: Viel zu wissen ist zu wenig”, in Hans-Joachim Pandel e Volkmar Oswalt, *Geschichtskultur. Die Anwesenheit von Vergangenheit in der Gegenwart*, Schwalbach/Ts.: Wochenschau Verlag, 1987, pp. 19–33.

⁹ Piet Blaas, *Continuity and Anachronism. Parliamentary and Constitutional Development in Whig Historiography and in the Anti-Whig Reaction between 1890 and 1930*, The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff, 1978; John Pocock, *Politics, Language and Time: Essays on Political Thought and History*, Chicago: University of Chicago Press, 1971.

¹⁰ Blaas, *Continuity and Anachronism*, p. 32.

¹¹ Maria Grever e Carla Van Boxtel, *Verlangen naar tastbaar verleden. Erfgoed, onderwijs en historisch besef*, Hilversum: Verloren, 2014, p. 20; Reinhart Koselleck, “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas”, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Contraponto Editora, 2006, pp. 305–328; Jörn Rüsen, “O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: Uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral”, in Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins (org.), *Jörn Rüsen e o Ensino de História*, Curitiba: Editora da UFPR, 2011, pp. 51–78; Peter Seixas, *Theorizing Historical Consciousness*, Toronto: Toronto University Press, 2004, pp. 8–9. Veja-se também o capítulo: Peter Seixas, “Historical Consciousness and Historical Thinking”, in Mário Carretero, Stefan Berger e Maria Grever (eds.), *Palgrave handbook of research in historical culture and education*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 59–73.

¹² Karl Pellens, Stefan Quandt e Hans Süßmuth, *Geschichtskultur, Geschichtsdidaktik. Internationale Bibliographie*, Paderborn: Schöningh, 1984, p. 7.

¹³ Bernd Schönemann, “Geschichtskultur Als Wiederholungsstruktur?”, *Geschichte, Politik und ihre Didaktik*, v. 34, n. 3–4 (2006), pp. 182–191 (p. 183).

(pessoal) e cognitiva, enquanto o lado externo – a Cultura Histórica – inclui as instituições e organizações que formam a infraestrutura da aprendizagem histórica, possibilitando a instrução coletiva para aquisição de conhecimentos históricos gerais e especializados.¹⁴

Rüsen, referindo-se à educação moderna ocidental, definiu Cultura Histórica como “todo o espectro de atividades da Consciência Histórica”.¹⁵ Dessa forma, ele implicitamente adota uma abordagem universalista, em vez de considerar a Consciência Histórica como uma característica específica da Cultura Histórica moderna ocidental. Para Rüsen, no entanto, a Cultura Histórica é um conceito categorial que designa as diversas formas pelas quais a Consciência Histórica se manifesta na sociedade. Assim, a Cultura Histórica compreende escolas, diretrizes governamentais e livros didáticos, mas também museus, exposições, indústrias culturais de caráter histórico, comemorações, meios de comunicação de massa e instituições semelhantes – todas elas podem ser recapituladas sob a categoria de “Cultura Histórica”.¹⁶

Nesse arcabouço conceitual, instituições acadêmicas e (semi)populares que constituem o conhecimento histórico – normalmente estudadas de forma independente – passam a ser analisadas em um único quadro teórico. É na interação entre instituições (como universidades, escolas, museus, monumentos, meios de comunicação) e estratégias de memória e disseminação (como socialização, pesquisa acadêmica, justificativas políticas, apropriações) que – segundo Rüsen – a Cultura Histórica funciona como um conceito de síntese. Isso envolve tanto a cultura popular quanto a acadêmica, articulações materiais e imateriais, ligando lugares de memória às suas funções na memória coletiva. Ao destacar a dimensão histórica (ou melhor, historicista) de diversos campos culturais, torna-se possível investigar a historicidade da prática cultural como um todo:

História’ é algo principalmente próprio e particular, que se relaciona com quase todas as atividades e formas da cultura, mas que também permanece visível como algo específico. Ao expressar o comum e o diferente, a expressão ‘Cultura

¹⁴ Aleida Assmann, “Re-framing Memory. Between Individual and Collective Forms of Constructing the Past”, in Karin Tilmans, Frank Van Vree, Jay Winter (eds.), *Performing the Past. Memory, History, and Identity in Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, pp. 35–50 (p. 37); Jörn Rüsen, “Geschichtsdidaktik Heute – Was ist und zu welchem Ende betreiben wir sie (noch)?”, in Ernst Hinrichs e Wolfgang Jacobmeyer (eds.), *Bildungsgeschichte und Historisches Lernen*, Frankfurt a/M: Georg-Eckert-Institut, 1991, pp. 9–24 (p. 17).

¹⁵ Jörn Rüsen, “Geschichtskultur”, in Klaus Bergmann (ed.), *Handbuch der Geschichtsdidaktik*, Seelze-Velber: Kallmeyer’sche Verlagsbuchhandlung, 1997, pp. 38–56 (p. 38).

¹⁶ Rüsen, “Geschichtsdidaktik Heute”, p. 17.

Histórica' torna-se um termo com um significado equivalente ao de uma categoria¹⁷

O conceito de Cultura Histórica rapidamente se popularizou após sua introdução, resultando em numerosas publicações na Alemanha,¹⁸ bem como em países vizinhos.¹⁹ Em 2004, foi criada uma cátedra de Didática da História com ênfase especial em Cultura Histórica na Universidade de Münster (*Westfälische Wilhelms-Universität*, Alemanha). Em 2006, foi fundado o *Center for Historical Culture* na Universidade Erasmus de Roterdã (Holanda); dois anos depois, em 2008, o centro estabeleceu também uma cátedra financiada intitulada “Cultura Histórica e Educação”.

A contínua popularidade do conceito pode ser explicada por uma virada historiográfica mais ampla ocorrida nos anos 1990. Os historiadores passaram a tratar sua disciplina não apenas como parte das humanidades ou das ciências sociais, mas como um campo de estudos culturais que integrava os princípios e métodos desses respectivos paradigmas.²⁰ O conceito de Cultura Histórica se beneficiou do chamado “giro cultural” nas humanidades, o qual representou uma ruptura com a abordagem das ciências sociais praticada nas décadas de 1970 e início dos anos 1980 — marcada pelo foco em estruturas e processos e

¹⁷ No original citado em espanhol: “‘Historia’ es algo principalmente propio y particular, que se emparenta con casi todas las actividades y formas de la cultura, pero que queda igualmente visible como algo particular. Expresando lo común y lo diferente, la expresión ‘Cultura Histórica’ se convierte en un término con un significado igual al de una categoría” (Nota dos tradutores). Jörn Rüsen, “Que es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia, in Füssmann, Grütter e Rüsen (eds.), *Historische Faszination, Geschichtskultur Heute*, Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994, pp. 3-26 (p. 3).

¹⁸ Demantowsky, “Geschichtskultur und Erinnerungskultur”; Wolfgang Hasberg, “Erinnerungskultur — Geschichtskultur. Kulturelles Gedächtnis—Geschichtsbewußtsein. 10 Aphorismen zu begrifflichen Problemfeldern”, *Zeitschrift für Geschichtsdidaktik*, n. 3 (2004), pp. 198–207; Schönemann, “Geschichtsdidaktik Und Geschichtskultur”. Schönemann, “Geschichtskultur Als Wiederholungsstruktur?”.

¹⁹ Per Aronsson, “Historiekultur i Förändring [Changing Historical Culture]”, in Per Aronsson (Ed.), *Makten Över Minnet: Historiekultur i Förändring*, Lund: Studentlitteratur, 2000, pp. 7–33; Claus Bryld, “Fra Historieskrivningens Historie til Historiekulturens Historie? Idéer til en Udvidelse af det Historiografiske Begreb”, in Christian Kvium (Ed.), *Historien og Historikerne I Norden Efter 1965*, Aarhus: Aarhus Universitetsforlag, 1991, pp. 83–102; Maria Grever, “Fear of Plurality. Historical Culture and Historiographical Canonization in Western Europe”, in Andreas Epple e Alexander Schaser (eds.), *Gendering Historiography: Beyond National Canons*, Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2009, pp. 45–62; Peter Oliver Loew, *Danzig und seine Vergangenheit 1793–1997: Die Geschichtskultur einer Stadt zwischen Deutschland und Polen*, Osnabrück: Fibre, 2003; Kees Ribbens, “A Narrative that Encompasses Our History: Historical Culture and History Teaching”, in Marja Grever e Siep Stuurman (eds.), *Beyond the Canon. History for the Twenty-First Century*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 63–78.

²⁰ Wolfgang Hasberg, “Methoden Geschichtsdidaktischer Forschung. Problemanzeige zur Methodologie einer Wissenschaftsdisziplin”, *Zeitschrift für Geschichtsdidaktik*, n. 1 (2002), pp. 59–77 (p. 60).

pelo uso de métodos quantitativos e comparativos. As humanidades passaram, então, a concentrar-se no discurso e na representação e,²¹ um pouco mais tarde, na performatividade,²² valorizando exatamente aqueles aspectos anteriormente considerados secundários – meramente superestruturais – como elementos constitutivos da organização social.

Houve, contudo, uma segunda razão para a popularidade do conceito de Cultura Histórica. À medida que o pensamento pós-moderno e pós-estruturalista abriu caminho para os giros culturais e performativos, a desconstrução de mitos nacionais tornou-se uma atividade frequente entre historiadores desde os anos 1980 – o que levou, por exemplo, a publicações importantes sobre a “invenção” da tradição e o caráter imaginativo da nação, pesquisados, respectivamente, por Eric Hobsbawm e Benedict Anderson.²³ De importância vital para o desenvolvimento da cultura histórica foi a publicação da obra em vários volumes *Les Lieux de Mémoire*, editada por Pierre Nora (1996–1998).²⁴ A desconstrução, por Nora, do universo simbólico e mnemônico da nação francesa impulsionou pesquisas sobre memória coletiva ou social em toda a historiografia ocidental, mas também criou uma distinção entre a historiografia acadêmica, de um lado, e a história popular, de outro – distinção que foi ainda mais acentuada pela obra de David Lowenthal, que destacou, em seu clássico *The Heritage Crusade*, que história e memória são duas “rotas para o passado” distintas.²⁵

Na onda de interesse pela memória que inundou as humanidades após *Les Lieux de Mémoire*, a distinção entre a historiografia como ciência reflexiva e crítica, por um lado, e as práticas patrimoniais “irresponsáveis” e a memória social “incontrolável”, por outro, foi mantida.²⁶ Ao redefinir o conceito de cultura histórica, os didatas da história na Alemanha tentaram superar essa cisão. A partir de então, passaram a conceber a historiografia como uma das

²¹ Larry Ray e Derek Sayer, *Culture and Economy: After the Cultural Turn*, London: Sage, 1991.

²² John Langshaw Austin, *How to Do Things with Words*, Cambridge: Cambridge University Press, 1962; Jay Winter, “The Performance of the Past: Memory, History, Identity”, in Katrien Tilmans, Frank Van Vree e Jay Winter (eds.), *Performing the Past. Memory, History, and Identity in Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, pp. 11–23.

²³ Eric Hobsbawm, “A Invenção das Tradições”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9–24; Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso, 1983.

²⁴ Pierre Nora, *Realms of Memory: The Construction of the French Past*, New York: Columbia University Press, 1996.

²⁵ David Lowenthal, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. X–XI. Recentemente, Lowenthal atenuou essa distinção em: David Lowenthal, *The Past Is a Foreign Country – Revisited*, Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 14–15.

²⁶ Hasberg, “Methoden Geschichtsdidaktischer Forschung”, p. 61.

instituições que moldam a imaginação histórica da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, influenciada por ela. A historiografia e a memória são, portanto, entendidas como partes intrínsecas e mutuamente constitutivas da cultura histórica.

A maioria dos historiadores que adotaram o conceito desde os anos 1990 seguiu uma abordagem construtivista, encarando a cultura histórica sob a perspectiva da socialização,²⁷ como uma forma de *histoire des mentalités*,²⁸ ou simplesmente como uma forma de história cultural.²⁹ Diversas perspectivas foram debatidas, assim como a própria cultura histórica tem sido frequentemente subdividida em diferentes domínios culturais ao longo das últimas duas décadas. Rüsen (1994), por exemplo, propôs uma subdivisão da cultura histórica em três dimensões ideais-típicas nas quais a Consciência Histórica cria orientações significativas no mundo da vida: uma dimensão estética, uma cognitiva e uma política.³⁰ Essas dimensões aludem a diferentes fenômenos históricos que não podem ser reduzidos uns aos outros; a dimensão estética está ligada à arte, a cognitiva à ciência, e a política à política. Segundo Rüsen, esses são os campos nos quais a memória histórica se expressa culturalmente.

A fragilidade dessa tendência de subdividir a cultura histórica em diferentes campos culturais reside no fato de que ela desloca o foco da gênese do conhecimento histórico para as representações do conhecimento histórico. Essas categorias indicam que a memória é uma prática coletiva e cultural, mas oferecem poucas pistas sobre como essa prática funciona. Um dos principais problemas do estado atual dos estudos sobre cultura histórica e memória reside justamente na ênfase excessiva no “coletivismo”. Desde a popularização das obras de Maurice Halbwachs,³¹ seu princípio de que toda memória é memória coletiva — pois mesmo as memórias mais pessoais são mediadas por padrões mnemônicos sociais — tornou-se o axioma central dos estudos da memória e, conseqüentemente, da cultura histórica.³² Esse tipo de raciocínio leva a uma percepção de memória cultural e conhecimento histórico que permanece em um nível coletivo abstrato. Isso não chega a surpreender, já que Halbwachs foi

²⁷ Bryld, “Fra Historieskrivningens Historie til Historiekulturens Historie?”.

²⁸ Ulrich Raulff, “Von der Kulturgeschichte zur Geschichtskultur. Eine Wissenschaftsgeschichtliche Skizze”, in Klaus Hansen (Ed.), *Kulturbegriff und Methode. Der Stille Paradigmenwechsel in den Geisteswissenschaften*, Tübingen: Narr, 1993, pp. 133–148.

²⁹ Martin Sabrow, *Verwaltete Vergangenheit: Geschichtskultur und Herrschaftslegitimation in der DDR*, Leipzig: Akademische Verlagsanstalt, 1997.

³⁰ Rüsen, “Que es la cultura histórica?”.

³¹ Maurice Halbwachs, *A Memória coletiva*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Maurice Halbwachs, *On Collective Memory*, Chicago: University of Chicago Press, 1992.

³² Assmann, “Re-framing Memory”.

fortemente influenciado pela interpretação durkheimiana da sociedade como organismo — pode-se até mesmo reconhecer a ideia de *conscience collective* de Durkheim na noção de memória coletiva.

No entanto, ao concentrar-se na retórica da comunidade, Halbwachs não percebeu “como as memórias individuais podem se reunir para formar uma memória de grupo por meio da interação social concreta — como, por exemplo, no contar de histórias e na troca de recordações entre indivíduos”.³³

Basicamente, o problema dos estudos da memória é que eles se tornaram um discurso excessivamente centrado nas representações mnemônicas de eventos específicos dentro de grupos sociais específicos, negligenciando, assim, a produção, performance e disseminação das memórias na interação comunicativa entre pessoas, grupos e instituições.³⁴ Por exemplo, todo historiador sabe o que são *lieux de mémoire* e pode dar inúmeros exemplos, mas a pergunta essencial é: como esses lugares comuns mnemônicos tornaram-se lugares comuns em primeiro lugar? Uma teoria revisada da cultura histórica poderia combater esse foco estreito nas representações históricas, oferecendo possibilidades para estudá-las dentro do contexto cultural mais amplo em que são geradas.

Cultura Histórica: Três níveis de análise

No sentido mais geral, cultura histórica é um conceito metahistórico holístico que abre caminho para a investigação de como as pessoas lidam com o passado. O termo “histórica” refere-se a eventos passados, incluindo pensamentos e ideias. O termo “cultura” abrange atitudes, valores e percepções compartilhadas por um grupo de pessoas.

O conceito de cultura histórica engloba não apenas os conteúdos específicos da memória coletiva e da imaginação histórica, mas também as formas pelas quais se estabelecem as relações com o passado, numa interação dinâmica entre a ação humana, a tradição, a performance da memória, as representações históricas e sua disseminação — incluindo as suposições sobre o que constitui a história.

³³ Francesca Cappelletto, “Long-Term Memory of Extreme Events: From Autobiography to History” *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n. 2 (2003), pp. 241–260 (p. 242), <https://doi.org/10.1111/1467-9655.00148>.

³⁴ Wulf Kansteiner, “Finding Meaning in Memory. A Methodological Critique of Collective Memory Studies”, *History and Theory*, v. 41, n. 2 (2002), pp. 179–197. Winter, “The Performance of the Past”, p. 15.

Dessa forma, distinguimos três níveis de análise mutuamente conectados e interativos no estudo da cultura histórica:

1. Narrativas históricas e performances do passado
2. Infraestruturas mnemônicas
3. Concepções subjacentes de história

Narrativas Históricas e Performances do Passado

Contar histórias específicas sobre o passado ou expressar experiências históricas é, ao mesmo tempo, descrever e (re)criar o que aconteceu — é tanto narrar quanto performar o passado.³⁵ Esse processo inclui a produção, (re)mediação, apropriação, disseminação e transmissão de estruturas interpretativas substantivas por pessoas que compartilham, no presente, experiências humanas específicas do passado. Essas interpretações substantivas são articuladas, por exemplo, em mitos, historiografia, textos em livros escolares de história, guias de viagem, memórias relatadas, mas também em encenações e rituais que conectam passado e presente em diferentes configurações. O termo “configuração” refere-se ao processo de estruturação narrativa.³⁶

Segundo Ricoeur, indivíduos e grupos constroem identidades por meio de narrativas, produzindo histórias orais, escritas ou audiovisuais que confirmam, modificam ou contestam outras narrativas (macro)narrativas.³⁷ Narrar, portanto, não é um meio de expressar uma identidade já existente; antes, ela é gerada pela organização de fatos, experiências e eventos em uma coerência significativa de enredo. Assim, Ricoeur (1988 p.246–247) tenta superar o dilema entre a continuidade de um sujeito idêntico a si mesmo — a categoria formal de identidade (ser o mesmo) — e a mera mudança, ao propor a categoria dinâmica de identidade narrativa (ser-si mesmo como o mesmo).³⁸ Essa identidade consiste em uma constante refiguração narrativa diante de novos eventos, conhecimentos e experiências.³⁹

³⁵ Winter, “The Performance of the Pas”, p. 11.

³⁶ No original em inglês temos o conceito *narrative emplotment* (Nota dos tradutores).

³⁷ Paul Ricoeur, “Narrative Identity”, *Philosophy Today*, v. 35, n. 1 (1991), pp. 73–81.

³⁸ Paul Ricoeur, *Time and Narrative III*, Chicago: University of Chicago Press, 1988, pp. 246–247. O trecho “a si mesmo — a categoria formal de identidade (ser o mesmo) — e a mera mudança”, no original em inglês é: “*with itself—the formal category of identity (being the same) — and sheer change*,”. Já o trecho: “(ser-si mesmo como o mesmo)”, no original em inglês é: “(*oneself as self-same*)” (Nota dos tradutores).

³⁹ Maria Grever, “Dilemmas of Common and Plural History. Reflections on History Education and Heritage in a Globalizing World”, in Mario Carretero, María Asensio e Miguel Rodríguez-

A vasta maioria das representações do passado depende de um enredo que dá sentido ao passado para quem o cria e para seu público. Isso vale para autobiografias, memórias coletivas, historiografia acadêmica, mídias populares, reencenações históricas e até mesmo peças musicais. O enredo tem uma função mediadora em três níveis. Primeiro, ele media entre eventos individuais, experiências e a história como um todo. Um evento individual ganha significado a partir da maneira como é configurado no enredo. O enredo, por sua vez, é mais do que a soma dos eventos relatados, pois uma história como totalidade contém um certo “pensamento”. Segundo a estruturação narrativa conecta uma ampla gama de atores heterogêneos, situações, significados, interações e resultados inesperados. Terceiro, o enredo media entre o tempo do relógio e o tempo vivido, ao criar uma unidade temporal própria.⁴⁰

Embora a análise narrativa das representações históricas seja popular há décadas, uma tendência mais recente foca na *performance* da memória.⁴¹ Embora as *performances* possam ser analisadas como narrativas — histórias podem ser transmitidas por meio de performances, ou as próprias performances podem conter uma estrutura narrativa — o ato de performar a memória compreende um conjunto de ações, que podem estar parcialmente incorporadas à fala, mas também a gestos, arte ou ao corpo.⁴² Performances encenadas como rituais, danças, peças teatrais, reencenações ou comícios políticos, ou identidades performadas, não representam simplesmente o passado, mas o incorporam, recriam e atualizam. O foco da investigação não é apenas o que se lembra, mas também quem lembra e em que contextos essa lembrança ocorre.⁴³ Esse é um passo importante para superar as deficiências dos estudos da memória mencionadas anteriormente.

As interações entre os níveis individual e coletivo são cruciais aqui. Vivendo em comunidades, os indivíduos sempre interagem, de alguma forma, com representações externalizadas de um coletivo, o que frequentemente

Moneo (eds.), *History Education and the Construction of National Identities*, Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2012, pp. 75–91.

⁴⁰ Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*, São Paulo: Papirus, 1994, pp. 84–90.

⁴¹ David Dean, Yuri Meerzon e Kathryn Prince, *History, Memory, Performance*, New York: Palgrave Macmillan, 2015. Greg Denning, *Performances*, Chicago: University of Chicago Press, 1996. Scott Magelssen e Rebecca Justice-Malloy, *Enacting History*, Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2011. Diana Taylor, *The Archive and the Repertoire: Performing Cultural Memory in the Americas*, Durham: Duke University Press, 2003.

⁴² Winter, “The Performance of the Pas”, p. 12.

⁴³ Lorna Plate e Anneke Smelik, “Performing Memory in Art and Popular Culture: An Introduction”, in *Performing Memory in Art and Popular Culture*, New York: Routledge, 2013, pp. 1–31 (pp. 5–6).

resulta na sincronização e redução de suas experiências do passado.⁴⁴ Nosso ponto de partida, portanto, é uma cultura histórica participativa,⁴⁵ referindo-se às formas pelas quais as pessoas se envolvem em uma práxis mnemônica, utilizando diversos meios audiovisuais e uma variedade de articulações, do popular ao acadêmico. Trataremos mais extensivamente da questão do pertencimento participativo no próximo parágrafo.

No processo dinâmico de atribuição de significados diversos ao passado por indivíduos e comunidades mnemônicas — como famílias, comunidades religiosas, fraternidades universitárias ou gerações — articulam-se experiências (percebidas como) compartilhadas em rituais,⁴⁶ comemorações e reencontros. Nesses casos, enfatizam-se a formação da identidade e a emoção,⁴⁷ a aquisição de uma identidade social e a familiarização dos membros de uma comunidade específica com aquele passado, para assimilá-los.⁴⁸ Essas articulações pressupõem, ao menos, algum tipo de organização: uma infraestrutura mnemônica.

Infraestruturas Mnemônicas

Para que se possa contar histórias específicas sobre o passado ou expressar experiências históricas, as pessoas criam infraestruturas mnemônicas materiais e imateriais, ancoradas no tempo e no espaço. Essas infraestruturas incluem, por exemplo, cerimônias anuais, calendários nacionais, lugares e paisagens de memória, organizações de preservação do patrimônio, museus, arquivos, escolas e outras instituições. Em determinados locais e em momentos específicos, as pessoas no presente comemoram eventos do passado. Segundo Zerubavel,⁴⁹ essas ações comemorativas são padronizadas e altamente estruturadas, resultando em uma sincronização mnemônica e socialização dos membros de qualquer comunidade. Em outras palavras, as infraestruturas mnemônicas permitem a mediação entre passado e presente, bem como entre a memória pessoal e a coletiva.

⁴⁴ Assmann, "Re-framing Memory", p. 49. Eviatar Zerubavel, *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*, Chicago, IL: University of Chicago Press, 2003.

⁴⁵ Roy Rosenzweig e David Thelen, *The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life*, New York: Columbia University Press, 1998.

⁴⁶ No original em inglês: *they articulate (perceived) shared experiences in rituals* (Nota dos tradutores).

⁴⁷ Christoph Cornelissen, *Erinnerungskulturen: Deutschland, Italien und Japan seit 1945*, Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 2003.

⁴⁸ Zerubavel, *Time Maps*, p. 3.

⁴⁹ Zerubavel, *Time Maps*, pp. 11-12.

O estudo, por exemplo, da cultura histórica de um Estado-nação — um dos principais marcos da identidade coletiva desde o século XIX — pode esclarecer as formas pelas quais as infraestruturas mnemônicas sustentam e definem articulações específicas do passado. Segundo Pierre Nora, o surgimento da modernidade e da industrialização causou o declínio do que ele chamou de *milieux de mémoire* (Lugares de memória) ambientes sociais como a igreja ou a aldeia camponesa,⁵⁰ nos quais a memória era transmitida mais ou menos naturalmente por meio de tradições e costumes vivos

sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea (...).⁵¹

Em contraste, à medida que a transmissão natural da memória diminuiu sob a influência da aceleração da história, e as pessoas tornaram-se cada vez mais conscientes de que o passado difere essencialmente do presente, as sociedades modernas passaram a inventar deliberadamente infraestruturas para manter um senso de continuidade histórica e preservar o passado. Consequentemente, as sociedades modernas — especialmente os Estados-nação — tendem a fixar a memória em certos “lugares” mentais ou físicos, que Nora chamou de *lieux de mémoire* (Lugares de memória); para contrabalançar o esquecimento e gerar identidades coletivas e nacionais. O surgimento da história como disciplina obrigatória nas escolas no século XIX demonstrou a crescente necessidade dos Estados-nação de promover coesão social e justificação por meio da construção de um passado compartilhado — muitas vezes glorificado.⁵² Essas formas modernas de lembrar também resultaram na ossificação do conteúdo da memória histórica nos lugares de memória. Projetos de larga escala que identificam esses *lieux de mémoire* físicos ou mentais de diversas nações estudaram, por exemplo, Carlos Magno, os contos de fadas dos Irmãos Grimm e o Muro de Berlim na Alemanha;⁵³ Vichy, Joana d’Arc e a Catedral na França;⁵⁴ ou Garibaldi, a máfia e o oito de setembro na Itália.⁵⁵

⁵⁰ No original em inglês temos a tradução do conceito de Nora como *memory environments* que no português seria: “ambientes de memória”, entretanto mantivemos o conceito “Lugares de Memória” como ficou conhecido no Brasil, seguindo a tradução de Yara Aun Khoury de 1993: Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, (1993) pp. 1-22 (Nota dos tradutores).

⁵¹ Citação retirada da tradução brasileira do texto de Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, p. 13 (Nota dos tradutores).

⁵² Stefan Berger e Chris Lorenz, *The Contested Nation. Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

⁵³ Étienne François e Hagen Schulze, *Deutsche Erinnerungsorte I*, München: C.H. Beck, 2001.

⁵⁴ Nora, *Realms of Memory*.

Embora as distinções de Nora entre *milieux de mémoire* e *lieux de mémoire* e entre memória verdadeira e história artificial tenham sido criticadas por simplificações dramáticas,⁵⁶ sua obra teve grande importância para a compreensão da relação entre representação histórica e infraestruturas mnemônicas na sociedade moderna. A ênfase que Nora coloca no Estado como principal orquestrador da memória histórica na modernidade é amplamente compartilhada entre os historiadores. Pesquisadores como Eric Hobsbawm e Benedict Anderson enfatizaram as formas pelas quais os Estados-nação utilizam o passado no processo de imaginar a nação.⁵⁷ Outros chamaram a atenção para o papel da historiografia profissional como um importante construtor de mitos para a identidade nacional no século XIX.⁵⁸

No entanto, é importante perceber que, mesmo concordando que o Estado-nação é o ator mais crucial no estabelecimento das infraestruturas mnemônicas modernas, isso não implica que a apropriação do passado tenha sido um processo exclusivamente de cima para baixo. O Estado é o que Maurice Mandelbaum chamou de entidade contínua.

uma comunidade organizada que controla um território particular; a organização de tal comunidade é provida por instituições que definem o status ocupado por diferentes indivíduos e lhes atribuem os papéis esperados para perpetuar a existência contínua da comunidade.⁵⁹

Paul Ricoeur ampliou a noção de entidade contínua ao incluir o elemento de “pertencimento participativo” ou participação coletiva,⁶⁰ Ricoeur destaca:

A história, a meu ver, continua histórica na medida em que todos os seus objetos remetem a entidades de primeira ordem – povos, nações, civilizações – que trazem a marca indelével do

⁵⁵ Mario Isnenghi, *L'Italie par elle-même: lieux de mémoire italiens de 1848 à nos jours*, Paris: Éd. Rue d'Ulm, 2013.

⁵⁶ Dominick Lacapra, *History and Memory after Auschwitz*, Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 19.

⁵⁷ Hobsbawm, “A Invenção das Tradições”. Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990; Anderson, *Imagined Communities*.

⁵⁸ Stefan Berger, Mark Donovan e Keith Passmore (eds.), *Writing National Histories Western Europe Since 1800*, London: Routledge, 1999.

⁵⁹ Maurice Mandelbaum, *The Anatomy of Historical Knowledge*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977, p. 11.

⁶⁰ Original no inglês: *belonging to participate*, optamos por utilizar o conceito em português conforme a tradução de Cláudia Berliner: Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*, São Paulo: Martins Fontes, 2010 (Nota dos tradutores).

pertencimento participativo dos agentes concretos oriundos da esfera prática e narrativa”.⁶¹

A participação coletiva implica nas ações e reflexões de indivíduos dentro de comunidades ou sociedades, de acordo com seus objetivos, papéis e regras institucionais estabelecidas pelo Estado. A recusa explícita ou implícita desses objetivos e regras também faz parte da participação coletiva.⁶²

A noção de participação coletiva é importante ao se estudar infraestruturas mnemônicas. Na Alemanha, por exemplo, a imaginação de um passado nacional foi, ao longo do século XIX, principalmente uma iniciativa privada e local — uma tradição que continuou mesmo após a fundação do Império Alemão em 1871.⁶³ A construção do colossal Monumento à Batalha das Nações, em Leipzig, em 1913, foi, por exemplo, uma iniciativa privada, vista com desconfiança pelo Estado, que preferia comemorações dinásticas em vez de nacionais.⁶⁴

Enquanto Mandelbaum aponta principalmente para Estados e cidades e enfatiza o controle territorial ao discutir entidades contínuas, Ricoeur também inclui classes, movimentos sociais e (sub)culturas como exemplos de entidades contínuas.⁶⁵ Todas essas entidades participam de uma cultura histórica mais ampla, mas também criam infraestruturas mnemônicas — arquivos, comemorações, calendários — para assegurar a transmissão de suas próprias memórias, narrativas e identidades, e, assim, sua própria continuidade transgeracional. Ainda assim, é necessário reconhecer que, embora as entidades de Mandelbaum se refiram a fenômenos reais, elas não possuem qualquer status ontológico ou universal. Estudar infraestruturas mnemônicas como construções mediadoras tem valor, sobretudo, heurístico. É importante, contudo, manter a consciência de que, no mundo de uma comunidade ou sociedade cultural específica analisada, essas infraestruturas às vezes são

⁶¹ Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*, São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 199-200.

⁶² Paul Ricoeur, *Time and Narrative I*, Chicago: University of Chicago Press, 1984, p. 198-199.

⁶³ Celia Applegate, *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*, Berkeley: University of California Press, 1990; Alon Confino, *Germany as a Culture of Remembrance: Promises and Limits of Writing History*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006; Christian Tacke, *Denkmal im sozialen Raum: nationale Symbole in Deutschland und Frankreich im 19. Jahrhundert* (*Monument in Social Space: National Symbols in Germany and France in the 19th Century*), Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1995.

⁶⁴ Robbert-Jan Adriaansen, *The Rhythm of Eternity. The German Youth Movement and the Experience of the Past, 1900–1933*, New York: Berghahn Books, 2015, pp. 28-29.

⁶⁵ Harry Jansen, “Time, Narrative, and Fiction: The Uneasy Relationship between Ricoeur and a Heterogeneous Temporality”, *History and Theory*, v. 54, n. 1 (2015), pp. 1-24 (p. 8), <https://doi.org/10.1111/hith.10738>. Agradecemos a Harry Jansen por chamar nossa atenção para essa questão (notação do texto original). Ricoeur, *Tempo e narrativa*, p. 198.

concebidas ontologicamente. Isso ocorre especialmente — embora não exclusivamente — ao estudarmos como sociedades pré-modernas ou não ocidentais se relacionam com o passado.

As práticas rituais que compõem a infraestrutura mnemônica do que Claude Lévi-Strauss chamou de sociedades “frias” (“primitivas”) — como diversas culturas indígenas —, por exemplo, não mediam entre presente e passado, mas visam anular essa oposição nos rituais.⁶⁶ Por essa razão, é necessário explorar e compreender as concepções subjacentes de história da comunidade ou sociedade cultural em questão. Esse é o terceiro nível de análise do nosso conceito.

Concepções Subjacente de História

Os dois níveis de análise mencionados anteriormente — narrativas/performances históricas do passado e infraestruturas mnemônicas — são constituídos por concepções de história e, por sua vez, podem alterá-las. As culturas históricas sempre pressupõem uma certa concepção de história — muitas vezes implícita —, ou seja, uma ideia do que é a história.⁶⁷ Uma concepção de história é uma interpretação específica da relação entre as três dimensões temporais — passado, presente e futuro — que determina, por um lado, o grau de agência humana e, por outro, as (im)possibilidades epistemológicas de se conhecer o passado.

François Hartog, por exemplo, identifica três regimes de historicidade, que podem ser entendidos como formas de articulação dessas concepções de história:⁶⁸

1. **Regime antigo:** nesse regime, o passado determina o presente e o futuro. Aqui, o passado funciona como um repositório de lições morais que guiam ações voltadas para o futuro no presente. Esse regime — vigente do período homérico ao romantismo — enxerga o passado como um guia para a vida, capturado na máxima de Cícero: *historia magistra vitae*.
2. **Regime moderno:** nesse modelo, o presente não é definido pelo passado, mas sim pelo futuro. Com base em Reinhart Koselleck (2006), Hartog afirma que, nessa concepção, o passado deixa de ser um modelo e passa a ter sentido apenas em referência às expectativas em relação ao futuro. A aceleração histórica vivenciada durante o Iluminismo e a Revolução

⁶⁶ Claude Lévi-Strauss, *The Savage Mind*, London: Weidenfeld and Nicolson, 1966, p. 237.

⁶⁷ Adriaansen, *The Rhythm of Eternity*, p. 4.

⁶⁸ François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Autêntica, 2013, pp. 9-16.

Industrial gerou uma percepção de ruptura entre passado e presente. No período de 1750 a 1850, surgiu no Ocidente uma nova concepção de história, enraizada na Consciência Histórica moderna – a consciência de que o passado é essencialmente diferente do presente.⁶⁹ Para superar essa lacuna entre passado e presente, foram criadas narrativas históricas de progresso e desenvolvimento, que uniam passado distante e futuro desconhecido em um único arcabouço explicativo. O futuro – imaginado, por exemplo, como liberdade liberal, a realização da missão especial de uma nação ou uma sociedade sem classes – passou a definir a história como uma cadeia progressiva ligada por ações humanas racionais concebidos como desenvolvimento.

3. **Regime presentista:** nesse regime, o presente define tanto o passado quanto o futuro. Hartog associa diretamente o surgimento do presentismo à falência das grandes narrativas na condição pós-moderna e à consequente perda de um sentido mais amplo do processo histórico. O que resta ao ser humano é a memória. Não por acaso, Hartog vê na popularização recente do patrimônio e da memória um indicativo do advento do regime presentista de historicidade.⁷⁰

No entanto, é possível identificar duas fragilidades na abordagem de Hartog às concepções de história, que devem ser levadas em consideração, pois dificultam uma análise inclusiva das culturas históricas:

Primeira fragilidade: em todos os regimes identificados por Hartog, a narração histórica é iniciada por um narrador – seja o bardo homérico ou o historiador moderno – que baseia sua narrativa em uma experiência pessoal ou em investigação. Como consequência, outras tradições narrativas divergentes, que lidam com o passado, podem ser facilmente atribuídas ao domínio do mito, e não da história. No entanto, o historiador Ranajit Guha mostrou, por exemplo, em sua análise das práticas mnemônicas do *Mahabharata*, que as tradições orais da Índia antiga não partiam da experiência do narrador em explorar o passado, mas sim das exigências do público, para o qual os oradores recontavam e reformulavam a história repetidamente, a ponto de ela parecer perder qualquer referência a uma “realidade” histórica.⁷¹ Essas narrativas, portanto, não se baseavam nem na experiência imediata nem em noções ocidentais de “verdade”, mas ainda assim compõem uma parte significativa da cultura histórica indiana.

⁶⁹ Blaas, *Continuity and Anachronism*; Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

⁷⁰ Hartog, *Regimes de historicidade*, p. 193.

⁷¹ Ranajit Guha, *History at the Limit of World-History*, New York: Columbia University Press, 2003, p. 56.

Segunda fragilidade: em muitas concepções de história, há mais na temporalidade do que as três dimensões de passado, presente e futuro, nas quais Hartog se concentra. Uma categoria como o “eterno”, que faz pouco sentido para estudiosos contemporâneos, foi — e ainda é — um componente fundamental da realidade para muitas culturas e religiões. Um exemplo encontra-se nas concepções eschatológicas de história. O padre da Igreja Católica Romana, Santo Agostinho, por exemplo, não relacionava o tempo à medição dos corpos celestes, como fazia Aristóteles,⁷² mas à Criação. Para ele, o tempo só existia enquanto houvesse almas; ou seja, o tempo foi criado junto com o mundo, e estava sujeito a um fim com a salvação.⁷³ Nessa perspectiva, o tempo não flui perpetuamente; ao contrário, ele é encerrado por algo que está além dele: a eternidade. Para Agostinho, o tempo é um vazio dentro da eternidade atemporal, o ser eterno de Deus. A ligação entre a expectativa do fim dos tempos e o fim da Criação constitui o núcleo da eschatologia agostiniana.

Tentar compreender as formas pelas quais o cristianismo tardo-antigo se relacionava com o passado sem entender as peculiaridades de suas concepções subjacentes de história pode levar à suposição ingênua de que a própria concepção de história do pesquisador é universal. Por isso, é de extrema importância considerar os limites possíveis das três dimensões do tempo ao estudar concepções de história, pois eles abrem tanto as possibilidades quanto as impossibilidades de pensar para além da “modernidade” e de superar os limites epistemológicos da própria cultura.⁷⁴

Considerações Finais

O conceito de cultura histórica surgiu na Didática da História alemã no final da década de 1970 para estudar a interação entre instituições acadêmicas e (semi) populares que constituem o conhecimento histórico. Segundo Rüsen, a cultura histórica funciona aqui como um conceito sintetizador, envolvendo tanto o conhecimento extracurricular quanto o curricular, articulações materiais e imateriais, ligando lugares da memória às funções da memória. O conceito ganhou relevância renovada a partir da virada cultural e do boom dos estudos sobre memória, como um conceito holístico e meta-histórico que possibilita o estudo integral das relações com o passado nas sociedades. O crescimento da popularidade do construtivismo social e dos estudos da memória trouxe,

⁷² Aristotle, in William David Ross (Ed.), *Aristotle's Physics*, Oxford: Clarendon Press, 1936.

⁷³ Karl Löwith, *Meaning in History: The Theological Implications of the Philosophy of History*, Chicago: University of Chicago Press, 1949, p. 162.

⁷⁴ Adriaansen, *The Rhythm of Eternity*, p. 4.

contudo, seus próprios problemas. Primeiro, os estudiosos passaram a se ocupar cada vez mais da definição da relação entre o conceito de cultura histórica e conceitos dos estudos da memória, como cultura da memória,⁷⁵ focando principalmente em questões de definição. Segundo, constatou-se que os esquemas classificatórios criados para mostrar quais domínios culturais interagem dentro das culturas históricas ofereciam poucas ferramentas para estudar a gênese e a percepção reais das (re)representações históricas.⁷⁶ Terceiro, a conexão percebida entre cultura histórica e Consciência Histórica dificultou o estudo das relações pré-modernas, não ocidentais e pós-coloniais com o passado, que podem invocar outras concepções de história e frequentemente se apoiam em meios distintos da representação para estabelecer essas relações com o passado. Essa crítica pode ser estendida ao estudo do foco atual na “experiência” na educação patrimonial.⁷⁷

Para enfrentar essas questões, propomos um conceito inclusivo de cultura histórica que não se baseia na classificação de (sub)domínios culturais das culturas históricas, mas em três níveis de análise que – em nossa visão – possibilitam um estudo inclusivo das relações heterogêneas e dinâmicas com o passado. Primeiro, discernimos as narrativas e performances históricas reais – desde as populares até as acadêmicas – pelas quais o passado ganha sentido por meio da trama narrativa e da afeição, ou seja, interpretações históricas substantivas na forma de mitos, historiografia, livros escolares, guias de viagem, memórias narradas, bem como reencenações e rituais encenados. Segundo essas articulações literais ou simbólicas das relações com o passado dependem e, por sua vez, (re)definem infraestruturas mnemônicas. Esse nível de análise refere-se às estruturas sociais e culturais que mantêm e constituem as articulações narrativas e performativas sobre o passado. Essas estruturas – materiais e imateriais – dependem das (re)representações históricas para sublinhar sua relevância social, por exemplo, sugerindo sua continuidade histórica. Terceiro, todas as culturas históricas dependem de concepções específicas de história – compreensões axiomáticas de como passado, presente e futuro se relacionam, incluindo formas de Consciência Histórica (moderna).

Acreditamos que a cultura histórica, como um conceito dinâmico e inclusivo que articula esses três níveis interdependentes e interativos de análise, apoia a teorização da pesquisa em educação histórica. Tal concepção é crucial no contexto das salas de aula multiculturais de hoje. Isso se deve ao fato de que

⁷⁵ Demantowsky, “Geschichtskultur und Erinnerungskultur”; Hasberg, “Erinnerungskultur”.

⁷⁶ Rüsen, “Que es la cultura histórica?”.

⁷⁷ Maria Grever, Pieter de Bruijn e Carla Van Boxtel, “Negotiating Historical Distance: Or, How to Deal with the Past as a Foreign Country in Heritage Education”, *Paedagogica Historica*, v. 48, n. 6 (2012), pp. 873–887, <https://doi.org/10.1080/00309230.2012.709527>.

os estudantes, provenientes de diversas origens religiosas e socioculturais, estão cada vez mais em contato com representações populares do passado que são veiculadas por meio de novas mídias. Embora a reflexão sobre esses três níveis, especialmente sobre as concepções de história que estudantes de várias culturas trazem inconscientemente para as aulas, não resolva por si só as dificuldades de construir um currículo crítico, coerente e inclusivo, esperamos que ela promova um diálogo sobre as possibilidades e os limites de um estudo intercultural da cultura histórica.

Referências:

Aleida Assmann, "Re-framing Memory. Between Individual and Collective Forms of Constructing the Past", in Karin Tilmans, Frank Van Vree, Jay Winter (eds.), *Performing the Past. Memory, History, and Identity in Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, pp. 35–50.

Alon Confino, *Germany as a Culture of Remembrance: Promises and Limits of Writing History*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

Aristotle, in William David Ross (ed.), *Aristotle's Physics*, Oxford: Clarendon Press, 1936.

Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso, 1983.

Bernd Schönemann, "Geschichtsdidaktik Und Geschichtskultur", in MÜTTER, Bernd Mütter e Bernd Schönemann (eds.), *Geschichtskultur. Theorie – Empirie – Pragmatik*, Weinheim: Deutscher Studien Verlag, 2000, pp. 26–58.

Bernd Schönemann, "Geschichtskultur Als Wiederholungsstruktur?", *Geschichte, Politik und ihre Didaktik*, v. 34, n. 3–4 (2006), pp. 182–191.

Celia Applegate, *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*, Berkeley: University of California Press, 1990.

Christian Tacke, *Denkmal im sozialen Raum: nationale Symbole in Deutschland und Frankreich im 19. Jahrhundert [Monument in Social Space: National Symbols in Germany and France in the 19th Century]*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1995.

Christoph Cornelissen, *Erinnerungskulturen: Deutschland, Italien und Japan seit 1945*, Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 2003.

Chris Husbands, *What Is History Teaching? Language, Ideas, and Meaning in Learning about the Past*, Buckingham: Open University Press, 1996.

Claude Lévi-Strauss, *The Savage Mind*, London: Weidenfeld and Nicolson, 1966.

Claus Bryld, "Fra Historieskrivningens Historie til Historiekulturens Historie? Idéer til en Udvidelse af det Historiografiske Begreb", in Christian Kvium (ed.), *Historien og Historikerne I Norden Efter 1965*, Aarhus: Aarhus Universitetsforlag, 1991, pp. 83–102.

David Dean, Yuri Meerzon e Kathryn Prince (eds.), *History, Memory, Performance*, New York: Palgrave Macmillan, 2015.

David Lowenthal, *The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

David Lowenthal, *The Past Is a Foreign Country – Revisited*, Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Dennis Shemilt, “Adolescent Ideas About Evidence and Methodology in History”, in Chris Portal (Ed.), *The History Curriculum for Teachers*, London: The Falmer Press, 1987, pp. 39–61.

Diana Taylor, *The Archive and the Repertoire: Performing Cultural Memory in the Americas*, Durham: Duke University Press, 2003.

Dominick Lacapra, *History and Memory after Auschwitz*, Ithaca: Cornell University Press, 1998.

Elisabeth Erdmann e Wolfgang Hasberg, “Historical Culture, History Didactics and History Teaching”, in Elisabeth Erdmann e Wolfgang Hasberg (eds.), *Facing – Mapping – Bridging Diversity. Foundation of a European Discourse on History Education, Pt. I*, Schwalbach: Wochenschau Verlag, 2011, pp. 291–328.

Eric Hobsbawm, “A Invenção das Tradições”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 9 -24.

Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Étienne François e Hagen Schulze, *Deutsche Erinnerungsorte I*, München: C.H. Beck, 2001.

Eviatar Zerubavel, *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*, Chicago, IL: University of Chicago Press, 2003.

Francesca Cappelletto, “Long-Term Memory of Extreme Events: From Autobiography to History” *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 9, n. 2 (2003), pp. 241–260, <https://doi.org/10.1111/1467-9655.00148>.

François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Greg Denning, *Performances*, Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica*, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

Hans-Joachim Pandel, “Geschichtskultur als Aufgabe der Geschichtsdidaktik: Viel zu wissen ist zu wenig”, in Hans-Joachim Pandel e Volkmar Oswalt, *Geschichtskultur. Die Anwesenheit von Vergangenheit in der Gegenwart*, Schwalbach/Ts.: Wochenschau Verlag, 1987, pp. 19–33.

Harry Jansen, “Time, Narrative, and Fiction: The Uneasy Relationship between Ricoeur and a Heterogeneous Temporality”, *History and Theory*, v. 54, n. 1 (2015), pp. 1–24, <https://doi.org/10.1111/hith.10738>.

Jack Lawrence Granatstein, *Who Killed Canadian History?*, Toronto: HarperCollins, 1998.

Jan Assmann, “Collective Memory and Cultural Identity”, *New German Critique*, n. 65 (1995), pp. 125–133, <https://doi.org/10.2307/488538>.

Jay Winter, “The Performance of the Past: Memory, History, Identity”, in Katrien Tilmans, Frank Van Vree e Jay Winter (eds.), *Performing the Past. Memory, History, and Identity in Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, pp. 11–23.

John Langshaw Austin, *How to Do Things with Words*, Cambridge: Cambridge University Press, 1962.

John Pocock, *Politics, Language and Time: Essays on Political Thought and History*, Chicago: University of Chicago Press, 1971.

Joop Toebe, *History: A Distinct(ive) Subject? The Problem of the Combination of History with Other Human and Social Sciences in Particular with Social Studies in Secondary Education in the Federal Republic of Germany, England and the Netherlands*, Leiden: E.J. Brill, 1987.

Jörn Rüsen, “Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão”, *Práxis educativa*, v. 1, n. 2 (2006), pp. 07–16.

Jörn Rüsen, “Geschichtsdidaktik Heute – Was ist und zu welchem Ende betreiben wir sie (noch)?”, in Ernst Hinrichs e Wolfgang Jacobmeyer (eds.), *Bildungsgeschichte und Historisches Lernen*, Frankfurt a/M: Georg-Eckert-Institut, 1991, pp. 9–24.

Jörn Rüsen, “Geschichtskultur”, in Klaus Bergmann (Ed.), *Handbuch der Geschichtsdidaktik*, Seelze-Velber: Kallmeyer’sche Verlagsbuchhandlung, 1997, pp. 38–56.

Jörn Rüsen, “O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: Uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral”, in Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins (Org.), *Jörn Rüsen e o Ensino de História*, Curitiba: Editora da UFPR, 2011, pp. 51–78.

Jörn Rüsen, “Que es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Tradução: F. Sánchez Costa e Ib Schumacher”, in Füssmann, Grütter e Rüsen (eds.), *Historische Faszination, GeschichtsKultur Heute*, Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994, pp. 3-26.

Jörn Rüsen, “Was Ist Geschichtskultur? Überlegungen Zu Einer Neuen Art, Über Geschichte Nachzudenken”, in *Historische Orientierung*, Köln: Böhlau, 1994. pp. 211-234.

Jürgen Kocka, “History, the Social Sciences and Potentials for Cooperation with Particular Attention to Economic History”, *Interdisciplines*, v. 1, n. 1 (2010), pp. 43-63, <https://doi.org/10.4119/indi-925>.

Karl-Ernst Jeismann, “Didaktik der Geschichte. Die Wissenschaft von Zustand, Funktion und Veränderung Geschichtlicher Vorstellungen im Selbstverständnis der Gegenwart”, in Ernst Kosthorst, *Geschichtswissenschaft. Didaktik – Forschung – Theorie*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1977, pp. 9-33.

Karl Löwith, *Meaning in History: The Theological Implications of the Philosophy of History*, Chicago: University of Chicago Press, 1949.

Karl Pellens, Stefan Quandt e Hans Süßmuth, *Geschichtskultur, Geschichtsdidaktik. Internationale Bibliographie*, Paderborn: Schöningh, 1984.

Kees Ribbens, “A Narrative that Encompasses Our History: Historical Culture and History Teaching”, in Marja Grever e Siep Stuurman (eds.), *Beyond the Canon. History for the Twenty-First Century*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 63-78.

Keith Windschuttle, *The Killing of History: How a Discipline Is Being Murdered by Literary Critics and Social Theorists*, Paddington, NSW: Macleay, 1994.

Klaus Filser, “Unity and Diversity of Our European Identity. Recommendations of the European Council on History Learning and Teaching”. in Elisabeth Erdmann e Wolfgang Hasberg (eds.), *Facing – Mapping – Bridging Diversity*, Schwalbach: Wochenschau Verlag, 2011, pp. 11-26.

Larry Ray e Derek Sayer, *Culture and Economy: After the Cultural Turn*, London: Sage, 1991.

Leo Dalhuisen, Joop Tobes, Doht Verhagen, *Geschiedenis op school. Deel I: Grondslagen*, Groningen: Wolters-Noordhoff, 1982.

Lorna Plate e Anneke Smelik, “Performing Memory in Art and Popular Culture: An Introduction”, in *Performing Memory in Art and Popular Culture*, New York: Routledge, 2013, pp. 1-31.

Maria Grever, "Dilemmas of Common and Plural History. Reflections on History Education and Heritage in a Globalizing World", in Mario Carretero, María Asensio e Miguel Rodríguez-Moneo (eds.), *History Education and the Construction of National Identities*, Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2012, pp. 75–91.

Maria Grever, "Fear of Plurality. Historical Culture and Historiographical Canonization in Western Europe", in Andreas Eppe e Alexander Schaser (eds.), *Gendering Historiography: Beyond National Canons*, Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2009, pp. 45–62.

Maria Grever, "Opvattingen en misvattingen over het geschiedenisonderwijs", in Pim Den Boer, Gerrit Muller (eds.), *Geschiedenis op school. Zes voordrachten over het geschiedenisonderwijs*, Amsterdam: Publications KNAW, 1998, pp. 27–48.

Maria Grever e Carla Van Boxtel, *Verlangen naar tastbaar verleden. Erfgoed, onderwijs en historisch besef*, Hilversum: Verloren, 2014.

Maria Grever, Pieter de Bruijn e Carla Van Boxtel, "Negotiating Historical Distance: Or, How to Deal with the Past as a Foreign Country in Heritage Education", *Paedagogica Historica*, v. 48, n. 6 (2012), pp. 873–887, <https://doi.org/10.1080/00309230.2012.709527>.

Maria Grever e Siep Stuurman, *Beyond the Canon. History for the Twenty-First Century*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

Mario Isnenghi, *L'Italie par elle-même: lieux de mémoire italiens de 1848 à nos jours*, Paris: Éd. Rue d'Ulm, 2013.

Martin Sabrow, *Verwaltete Vergangenheit: Geschichtskultur und Herrschaftslegitimation in der DDR*, Leipzig: Akademische Verlagsanstalt, 1997.

Moritz Demantowsky, "Geschichtskultur und Erinnerungskultur. Zwei Konzeptionen des einen Gegenstandes", *Geschichte, Politik und ihre Didaktik*, v. 33, n. 1 (2005), pp. 11–22.

Murice Halbwachs, *A Memória coletiva*, São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

Maurice Halbwachs, *On Collective Memory*, Chicago: University of Chicago Press, 1992.

Maurice Mandelbaum, *The Anatomy of Historical Knowledge*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977.

Paul Ricoeur, "Narrative Identity", *Philosophy Today*, v. 35, n. 1 (1991), pp. 73–81.

Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*, São Paulo: Papyrus, 1994.

Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*, São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Paul Ricoeur, *Time and Narrative I*, Chicago: University of Chicago Press, 1984.

Paul Ricoeur, *Time and Narrative III*, Chicago: University of Chicago Press, 1988.

Peer Vries, “Verhaal en betoog. Geschiedbeoefening tussen postmoderne vertelling en sociaal-wetenschappelijke analyse”, Tese (Pós-Doutorado em História), Rijksuniversiteit Leiden, 1995.

Per Aronsson, “Historiekultur i Förändring [Changing Historical Culture]”, in Per Aronsson (ed.), *Makten Över Minnet: Historiekultur i Förändring*, Lund: Studentlitteratur, 2000, pp. 7-33.

Peter Lee e Rosely Ashby, “Progression in Historical Understanding Ages 7-14”, in Peter Stearns, Peter Seixas e Sam Wineburg (eds.), *Knowing, Teaching, and Learning History: National and International Perspectives*, New York: New York University Press, 2000, pp. 199-222.

Peter Oliver Loew, *Danzig und seine Vergangenheit 1793-1997: Die Geschichtskultur einer Stadt zwischen Deutschland und Polen*, Osnabrück: Fibre, 2003.

Peter Seixas, “Historical Consciousness and Historical Thinking”, in Mário Carretero, Stefan Berger e Maria Grever (eds.), *Palgrave handbook of research in historical culture and education*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 59-73.

Peter Seixas, “Indigenous Historical Consciousness. An Oxymoron or a Dialogue?”, in Mario Carretero, María Asensio e Miguel Rodríguez-Moneo (eds.), *History Education and the Construction of National Identities*, Charlotte, NC: Information Age Publishing, 2012, pp. 125-138.

Peter Seixas, *Theorizing Historical Consciousness*, Toronto: Toronto University Press, 2004.

Piet Blaas, *Continuity and Anachronism. Parliamentary and Constitutional Development in Whig Historiography and in the Anti-Whig Reaction between 1890 and 1930*, The Hague, Boston, London: Martinus Nijhoff, 1978.

Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, (1993), pp. 1-22.

Pierre Nora, *Realms of Memory: The Construction of the French Past*, New York: Columbia University Press, 1996.

Ranajit Guha, *History at the Limit of World-History*, New York: Columbia University Press, 2003.

Reinhart Koselleck, "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas", *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Contraponto Editora, 2006, pp. 305-328.

Robbert-Jan Adriaansen, *The Rhythm of Eternity. The German Youth Movement and the Experience of the Past, 1900–1933*, New York: Berghahn Books, 2015.

Roy Rosenzweig e David Thelen, *The Presence of the Past: Popular Uses of History in American Life*, New York: Columbia University Press, 1998.

Sarah Macdonald, *Approaches to European Historical Consciousness: Reflections and Provocations*, Marburg: Körber Stiftung, 2000.

Scott Magelssen e Rebecca Justice-Malloy, *Enacting History*, Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2011.

Stefan Berger e Chris Lorenz, *The Contested Nation. Ethnicity, Class, Religion and Gender in National Histories*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

Stefan Berger, Mark Donovan e Keith Passmore, *Writing National Histories Western Europe Since 1800*, London: Routledge, 1999.

Stuart Macintyre e Anna Clark, *The History Wars*, Melbourne: Melbourne University Publishing, 2004.

Ulrich Raulff, "Von der Kulturgeschichte zur Geschichtskultur. Eine Wissenschaftsgeschichtliche Skizze", in Klaus Hansen (ed.), *Kulturbegriff und Methode. Der Stille Paradigmenwechsel in den Geisteswissenschaften*, Tübingen: Narr, 1993, pp. 133–148.

Wolfgang Hasberg, "Erinnerungskultur – Geschichtskultur. Kulturelles Gedächtnis – Geschichtsbewußtsein. 10 Aphorismen zu begrifflichen Problemfeldern", *Zeitschrift für Geschichtsdidaktik*, n. 3 (2004), pp. 198–207.

Wolfgang Hasberg, "Methoden Geschichtsdidaktischer Forschung. Problemanzeige zur Methodologie einer Wissenschaftsdisziplin", *Zeitschrift für Geschichtsdidaktik*, n. 1 (2002), pp. 59–77.

Wulf Kansteiner, "Finding Meaning in Memory. A Methodological Critique of Collective Memory Studies", *History and Theory*, v. 41, n. 2 (2002), pp. 179–197.